

INTERPELAÇÃO ORAL

Os cinco tiros disparados no dia 1 de Maio de 2007, Dia Mundial do Trabalhador, perante uma maioria de manifestantes pacíficos e com grande capacidade de auto-controlo, colocaram Macau de uma forma muito negativa no cenário internacional.

A maioria dos manifestantes reclamavam por mais transparência governativa, melhor distribuição da riqueza, menos corrupção, menos mão de obra não residente, combate eficaz ao trabalho ilegal, enriquecimento sem justa causa por parte do Governo quanto às compensações dos trabalhadores do nível I a IV em caso de falecimento antes dos 65 anos de idade e abrangidos pelo D.L. Nº25/96/M.

Estas reivindicações até foram consideradas pelo Chefe do Executivo como petições razoáveis e legítimas.

O Governo de Macau teve mais de um mês para preparar o 1 de Maio de 2007, que à partida não teria visibilidade pública para além do Delta do Rio das Pérolas. E o grave, é que este Governo não tirou as ilações políticas e sociais, nem estudou ou aproveitou as experiências dos acontecimentos de 1 de Maio de 2006.

Uma manifestação prevista para demorar num máximo de duas horas, transformou-se não só para os manifestantes como para os agentes policiais da linha de frente num calvário de seis horas, com bloqueamento e paralisação geral de muitas vias públicas e muitas pessoas impedidas de participar ou de abandonar a manifestação.

Simultaneamente muitas pessoas não conseguiram regressar às suas casas localizadas na Avenida Almirante Lacerda e ruas adjacentes, porque as respectivas vias de acesso encontravam bloqueadas e impedidas não só aos transeuntes como à circulação dos veículos automóveis e motociclos até cerca das dezanove horas e trinta minutos do dia 1 de Maio.

Hoje, não temos dúvidas, que o principal responsável pelos acontecimentos de 1 de Maio de 2007, não pode ser outro, senão o Governo, **que se demitiu logo de início de todas as suas responsabilidades políticas, entregando nas mãos dos policiais, por natureza pouco flexíveis a negociações, uma questão que deveria ser politicamente gerida e resolvida com todo o cuidado pelo Governo de Macau.**

E a questão política de esforçar por encontrar um consenso quanto ao percurso (Avenida Almeida Ribeiro) deveria ser discutida e resolvida no mais alto nível pelos principais membros do Governo com responsabilidades políticas nesta matéria com os organizadores da manifestação.

Contudo, o Governo, como tem sido usual, numa atitude arrogante e prepotente, não quis dialogar de uma forma honesta, transparente e leal com a associações organizadoras da manifestação, talvez por considerar que são pessoas provenientes de estratos sociais que vivem com problemas do anonimato, pobreza, marginalização social, doença e mal estar



ou talvez por não serem do seu círculo restrito de pessoas de sua convivência e amizade pessoal.

Desde o início, notava-se que o governo escolheu a solução mais fácil e cómoda de abandonar à sorte, os policiais da linha de frente, que já estavam de moral muito baixa deste o estabelecimento da RAEM até a presente data.

Por isso, e para quem esteve presente na manifestação, foi notório a deficiente coordenação policial no terreno, expondo desde o início, os agentes policiais de linha de frente já muito tensos e nervosos, em situações de fácil confronto com a maioria dos manifestantes, face à conflituosidade criada desde o início pelo Governo.

Ainda bem que, alguns dias depois o Senhor Chefe do Executivo censurou o incidente frisando que “os agentes de linha de frente que estão a manter a ordem não podem estar munidos de arma de fogo” .

Mas quem autorizou este agente da linha de frente e outros a estarem armados numa manifestação e logo na linha de frente? Quem no Governo ao mais alto nível, deu o seu consentimento ou negligenciou, e terá assim de assumir a responsabilidade moral dos disparos? Ou será que a culpa, como de costume, vai morrer mais uma vez solteira? Ou será que basta culpar o autor material dos disparos, inicialmente considerado herói pela cúpula do Governo, e neste momento o principal “bode expiatório” de todos os acontecimentos de 1 de Maio. Será justo culpar sempre e somente o elo mais fraco por ser mais fácil?

No dia 11 de Maio do corrente ano, um conceituado economista residente permanente em Macau, escrevia num prestigiado diário português o seguinte:

“Invocar transtornos para o trânsito, incómodos para os turistas e perda de negócio para alguns comerciantes, é idiotice, sobretudo se tivermos em consideração o que acontece com muitos eventos que por cá se organizam, desde procissões, eventos desportivos, visitas de dirigentes estrangeiros ou nacionais, em que o trânsito e o estacionamento são pura e simplesmente banidos no trajecto seleccionado e áreas confinantes, e a própria população não raras vezes impedida sequer de andar nas ruas

A manifestação de 1 de Maio devia ter sido assumida por todos, e em primeiro lugar pelo Governo, como sinal inequívoco de que o segundo sistema funcionava. (o sublinhado é nosso).

Na verdade, a falta de harmonia social vê-se no dia-a-dia, na exploração brutalizada do trabalho, nas pessoas a trabalhar 14 horas seguidas sem descanso e muitas vezes sem dias de folga semanais, sem horas extraordinárias, à margem da lei e dos esforços das associações e do próprio Governo, em acabar com esse tipo de ilegalidades”.

No dia 8 de Maio também do corrente ano, um ilustre cronista local escrevia o seguinte num afamado diário:

“Tal como não deve um policial desatar aos tiros no meio de pessoas desarmadas, porque alguém perdeu um chinelo, também um comandante policial, mesmo substituto, deve

evitar o exercício de carregada ironia, ao afirmar que a força pessoal só usa balas verdadeiras.

Descontrolo, arrogância evitável e ainda por cima uma afirmação não verdadeira.

Qualquer polícia do mundo, incluindo Macau, mesmo em situações de dimensão e grau de violência muitíssimo superiores, utiliza outros processos e outras munições não reais.

Perante estas duas opiniões não são necessários mais comentários porque reportam quase tudo do essencial de 1 de Maio de 2007.

Confesso contudo, num reino de tanta fartura, se o Governo tivesse gerido com mais inteligência e boa vontade de conseguir a tal harmonia social, o 1 de Maio de 2007, como notícia internacional, nunca teria existido.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para além do autor material dos disparos, considerado hoje em dia, perante a população de Macau como o “bode expiatório” de 1 de Maio de 2007 “Dia Mundial dos Trabalhadores”, quais as responsabilidades políticas que serão assacadas aos demais principais membros do Governo que tiveram directa responsabilidade nos trágicos acontecimentos de 1 de Maio de 2007 e que afectaram de uma forma negativa a imagem de Macau?

2. De que medidas concretas, implementou ou vai implementar o Governo de Macau para elevar a moral dos agentes policiais de linha de frente após os acontecimentos de 1 de Maio?

3. Quem no Governo e ao mais alto nível, vai ter de assumir as responsabilidades políticas de ter proibido o acesso a muitos cidadãos que pretendiam participar na manifestação através das ruas laterais conducentes à via principal onde decorria a manifestação, violando os direitos humanos básicos de livre circulação e de livre participação na manifestação consagrados na Lei Básica?

Quem no Governo e ao mais alto nível vai ter que assumir as responsabilidades políticas da separação física do grupo de manifestação em três segmentos com distâncias muito alargadas entre uma e outra, interferindo assim directamente na manifestação, com objectivos claros de acabar com a manifestação, e diminuir o impacto do número de pessoas perante os meios de comunicação social, e violando frontalmente o artigo 11º da Lei N°2/93/M de 17 de Maio e pondo em causa o segundo sistema que somente vigora em Macau?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau
a 25 de Maio de 2007.**



José Pereira Coutinho